



## PARTE J

### FIDIS RETAIL — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

#### Relatório n.º 13-E/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 2589/911031; identificação de pessoa colectiva n.º 502673478; número e data da inscrição n.º 38/8 de Julho de 2004.

Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais e contas consolidadas, da sociedade em epígrafe do ano de 2003.

Está conforme o original.

Lisboa, 28 de Outubro de 2004. — A Escriturária Superior, *Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes*.

#### Relatório e contas individuais de 2003

#### Relatório de gestão do conselho de administração

##### Enquadramento económico

Durante o ano de 2003 a conjuntura económica internacional reflectiu uma expectativa de grande incerteza e retracção no crescimento, facto que afectou as economias dos países com elevado envolvimento externo como a portuguesa.

No que concerne a Portugal o ano de 2003 caracteriza-se por uma acentuada quebra da actividade económica. O investimento verificou uma evolução negativa. O consumo privado também diminuiu em contraponto com o aumento da taxa de desemprego. No entanto nos últimos meses do ano verificaram-se alguns sinais de uma ligeira recuperação.

No sector automóvel, as vendas de veículos ligeiros de passageiros reduziram-se em 16% contra uma redução de 11,4%, em 2002.

No que refere a material de transporte ligado ao investimento verificou-se uma redução nas vendas de comerciais ligeiros que decresceram 12,9%, enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram uma quebra anual de 21%.

A nível da inflação, a variação homóloga do índice de preços no consumidor no ano de 2003 atingiu os 3,3%.

#### Evolução da sociedade

O contexto económico e financeiro, desfavorável, a degradação dos indicadores das expectativas dos consumidores e agentes económicos, acentuada com o nível já elevado de endividamento das famílias portuguesas, reflectiram-se negativamente na actividade da sociedade, que registou um decréscimo de cerca 15% no número de contratos activos e no valor do seu *outstanding*.

Apesar desta quebra e da compressão das margens financeiras, o esforço de contenção do lado dos custos operativos e o aumento dos proveitos relacionados com a venda de serviços, permitiram ainda assim obter resultados em linha com os objectivos definidos para o exercício.

#### Previsões e objectivos para 2004

Para 2004 e perante as dificuldades de mercado que se prevê se mantenham e sejam até acentuadas neste exercício, a sociedade, paralelamente ao incremento que pretende dar à relação privilegiada já existente com a rede de concessionários do Grupo Fiat, pretende em definitivo, desenvolver a actividade *non captive*, conquistando mercados alternativos, e viabilizando assim a obtenção dos objectivos de produção e resultados.

Organizativamente, e na sequência da publicação de legislação que permite a criação de instituições financeiras de âmbito mais abrangente, a sociedade dará sequência a um processo que permitirá a sua transformação em IFIC (instituição financeira de crédito), o que lhe permitirá um maior desenvolvimento da sua área de negócios e a rentabilização dos meios disponíveis. Neste contexto e ainda na sequência da actualização da certificação para a Norma ISO 9001, a sociedade dará sequência aos reajustamentos necessários, tendo em vista a redução de custos supérfluos, a formação dos colaboradores, e o processo de melhoria contínua.

Continuação da actividade de recuperação extrajudicial dos créditos, através de recurso a empresas especializadas, que permita manter e melhorar os bons resultados conseguidos em anos anteriores.

#### Proposta de resultados

O resultado líquido gerado na actividade do exercício de 6 487 423,63 euros, após a aplicação em reserva legal, no caso 648 742,36 euros, propõe-se seja levado a reservas livres.

O resultado tributável a considerar é de 3 533 433,90 euros.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

### Balanço em 31 de Dezembro de 2003

#### ACTIVO

Código das contas		Ano			Ano anterior
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10+11	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	74	—	74	813
12+13	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito .....	241 592	—	241 592	111 030
20	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito ....	—	—	—	—
22+28-29	4 — Créditos sobre clientes .....	146 173 606	3 762 872	142 410 734	163 605 183
40-49	8 — Partes de capital em empresas coligadas .....	3 750 000	—	3 750 000	3 750 000
41	9 — Imobilizações incorpóreas .....	155 684	155 684	—	—
42	10 — Imobilizações corpóreas .....	1 082	1 082	—	—
	(Dos quais: imóveis) .....	—	—	—	—
27	13 — Outros activos .....	357 011	—	357 011	1 201 194
51+55+58	15 — Contas de regularização .....	1 247 188	—	1 247 188	1 452 456
69	16 — Prejuízo do exercício .....	—	—	—	—
	<i>Total do activo</i> .....	151 926 237	3 919 638	148 006 599	170 120 676

## PASSIVO

(Em euros)

Código das contas		Ano	Ano anterior
30	1 — Débitos para com instituições de crédito:		
	a) À vista .....	172 717	164 321
	b) A prazo ou com pré-aviso .....	83 370 289	115 031 297
36+39	4 — Outros passivos .....	9 489 776	6 019 663
52+54+58	5 — Contas de regularização .....	3 550 718	4 186 839
	6 — Provisões para riscos e encargos .....	2 566 792	2 349 673
	a) Provisões para pensões e encargos similares .....	—	—
610+611	b) Outras provisões .....	2 566 792	2 349 673
60	8 — Passivos subordinados .....	—	—
62	9 — Capital subscrito .....	7 800 000	7 800 000
630+631	11 — Reservas .....	34 568 883	27 283 506
66	13 — Resultados transitados .....	—	—
69	14 — Lucro do exercício .....	6 487 424	7 285 377
<i>Total do passivo</i> .....		148 006 599	170 120 676

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

## DÉBITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
<b>A) Custos</b>			
70	1 — Juros e custos equiparados .....	4 529 111	6 291 961
71	2 — Comissões .....	128 425	125 413
72	3 — Prejuízos em operações financeiras .....	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos .....	3 959 823	4 739 478
74	b) Outros gastos administrativos .....	3 959 823	4 739 478
78	5 — Amortizações do exercício .....	—	—
77	6 — Outros custos de exploração .....	423 144	850 293
79	7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos .....	3 960 887	2 553 828
	10 — Resultado da actividade corrente .....	(10 031 725)	(10 901 709)
671	11 — Perdas extraordinárias .....	148 190	10 746
68	13 — Impostos sobre lucros .....	3 533 434	3 577 304
76	14 — Outros impostos .....	16 365	42 368
69	15 — Lucro do exercício .....	6 487 424	7 285 377
<i>Total</i> .....		23 186 803	25 476 768

## CRÉDITO

Código das contas		Ano	Ano anterior
<b>B) Proveitos</b>			
80	1 — Juros e proveitos equiparados .....	18 281 931	21 524 086
82	3 — Comissões .....	—	1 269
83	4 — Lucros em operações financeiras .....	—	—
84	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	1 690 547	1 376 149
89	7 — Outros proveitos de exploração .....	3 060 637	2 562 447
672	9 — Ganhos extraordinários .....	153 688	12 817
<i>Total</i> .....		23 186 803	25 476 768

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

**Demonstrações de origem e aplicação de fundos  
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002**

ORIGEM DE FUNDOS

	(Em euros)	
	2003	2002
Gerados pelas operações:		
Resultado líquido do exercício .....	6 487 424	7 285 377
Custos que não representam desembolsos de fundos:		
Dotações para provisões, líquidas de reposições .....	2 270 340	1 177 680
	<u>8 757 764</u>	<u>8 463 057</u>
Diminuições de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	739	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	—	151 706
Créditos sobre clientes, líquido de anulações .....	19 141 228	5 269 621
Outros activos .....	844 183	—
Contas de regularização .....	205 268	522 313
	<u>20 191 418</u>	<u>5 943 640</u>
Aumentos de passivos:		
Outros passivos .....	3 470 113	2 063 897
	<u>32 419 295</u>	<u>16 470 594</u>
Aplicação de fundos:		
Aumentos de activos:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	—	803
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	130 562	—
Outros activos .....	—	1 091 639
	<u>130 562</u>	<u>1 092 442</u>
Diminuições de passivos:		
Débitos para com instituições de crédito .....	31 652 611	15 327 012
Contas de regularização .....	636 122	51 140
	<u>32 288 733</u>	<u>15 378 152</u>
	<u>32 419 295</u>	<u>16 470 594</u>

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

**Anexo às demonstrações financeiras  
em 31 de Dezembro de 2003**

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Fiat Crédito Portugal, S. A. (adiante designada por sociedade ou Fiat Crédito), foi constituída em 31 de Outubro de 1991. A sociedade tem por objecto a actividade de financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, sendo a sua sede na Rua Tomás Ribeiro, 71, em Lisboa e dispendo de uma delegação na cidade do Porto.

A sociedade realiza operações de crédito relativas a viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat. Em Abril de 2001, a Fiat Crédito introduziu o Programa Finplus que consiste na concessão de crédito canalizado através de agentes e comerciantes que não pertencem à rede do Grupo Fiat, passando desta forma a conceder crédito numa óptica multimarca.

Conforme indicado na nota n.º 51, a Fiat Crédito é detida integralmente pela Fidis Retail Itália, SpA, uma empresa participada pelo Grupo Fiat. Consequentemente, as operações e transacções da sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Fiat encontram-se detalhados na Nota 47.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à sociedade ou a sua apre-

sentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e demais instruções aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Fiat Crédito, preparadas nos termos legais para aprovação em assembleia geral.

Estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral dos seus investimentos financeiros ao nível de activos, passivos, proveitos e custos, as quais reflectem, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças positivas:

	2003	2002
Activo líquido .....	6 550 862	6 416 884
Total do passivo .....	5 694 812	5 611 787
Proveitos totais .....	1 460 679	1 091 407
Custos totais .....	1 409 726	1 002 996

Na nota n.º 6 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo.

As demonstrações financeiras da Fiat Crédito em 31 de Dezembro de 2003 encontram-se pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, o conselho de administração da sociedade entende que as referidas demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios:*

Registo de juros:

Os proveitos e custos relativos a juros gerados por operações activas e passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, quando uma operação activa se encontra vencida há mais de 90 dias, a sociedade suspende o reconhecimento dos respectivos juros, que apenas são registados como proveitos no momento em que são cobrados.

Outros proveitos e custos:

Os outros proveitos e custos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

b) *Partes de capital em empresas coligadas.* — As partes de capital em empresas coligadas são registadas ao custo de aquisição. Sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização são constituídas as respectivas provisões.

c) *Provisões para riscos específicos de crédito, para riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais.* — Estas provisões são constituídas de acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, levando em consideração as alterações constantes no aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao sector público administrativo.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora, e que se encontrem em uma das seguintes condições:

- i) Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- ii) Estarem em incumprimento há mais de: (i) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos; (ii) 12 meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e (iii) 24 meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Provisões para riscos e encargos — riscos gerais de crédito:

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere aos contratos celebrados com particulares a percentagem correspondente é de 1,5%, nos termos do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal), excluindo o que tenha sido objecto de constituição de

provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem como o que tenha sido concedido a entidades do sector público administrativo.

A partir de 2003, as dotações do exercício, líquidas de reposições e anulações, deixaram de ser fiscalmente aceites como custo.

Provisões para riscos e encargos — Fundo para riscos bancários gerais:

Esta provisão encontra-se registada no passivo e destina-se a fazer face a eventuais perdas resultantes da actividade da Fiat Crédito, nomeadamente ao risco de realização da carteira de crédito concedido.

d) *Imobilizações.* — As imobilizações incorpóreas, que correspondem a despesas de constituição da sociedade, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

As imobilizações corpóreas, que correspondem a instalações interiores, encontram-se registadas ao custo, líquido das amortizações acumuladas, as quais foram calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem a um período de vida útil de quatro anos.

Em 31 de Dezembro de 2003, as imobilizações incorpóreas e corpóreas encontram-se totalmente amortizadas.

6 — Partes de empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica reflecte o custo de aquisição da participação de 100% no capital da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., a qual nas mesmas datas apresentava os seguintes dados financeiros:

	2003	2002
Activo .....	10 304 287	10 168 142
Situação líquida .....	4 606 050	4 555 097
Resultado líquido .....	50 953	88 411
Proveitos .....	1 460 679	1 091 407

11 — Movimento no activo imobilizado e nas amortizações acumuladas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, as imobilizações incorpóreas e corpóreas encontravam-se totalmente amortizadas.

14 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Crédito vincendo:		
Viaturas novas .....	103 724 184	127 733 871
Viaturas usadas .....	24 396 397	22 713 892
Programa Finplus .....	12 369 666	11 243 414
	140 490 247	161 691 177
Crédito e juros vencidos .....	5 683 359	7 533 226
	146 173 606	169 224 403
Provisões para créd. e juros vencidos e para — créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 24) .....	(3 762 872)	(5 619 220)
	142 410 734	163 605 183

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, a Fiat Crédito dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo que, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, ascendia a 2 031 792 euros e 2 349 673 euros, respectivamente (nota n.º 24). Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2003, a Fiat Crédito registou uma provisão de 535 000 euros no âmbito do Fundo para riscos bancários gerais para fazer face a eventuais perdas resultantes da actividade da sociedade, nomeadamente ao risco de realização do crédito concedido (nota n.º 24).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2003	2002
Até três meses .....	11 084 406	12 553 661
De três meses a um ano .....	33 569 793	38 110 998
De um a cinco anos .....	92 892 168	107 040 109
Mais de cinco anos .....	2 943 880	3 986 409
	<u>140 490 247</u>	<u>161 691 177</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2003	2002
Até três meses .....	719 934	668 786
De três meses a um ano .....	2 574 690	2 263 760
De um a cinco anos .....	2 201 034	3 894 535
Mais de cinco anos .....	187 701	706 145
	<u>5 683 359</u>	<u>7 533 226</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 5 440 953 euros (5 213 428 euros em 31 de Dezembro de 2002).

18 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
À vista:		
Descobertos bancários .....	172 717	164 321
A prazo:		
Emprést. de curto prazo .....	69 381 108	72 353 603
Emprést. de médio e longo prazos .....	13 989 181	42 677 693
	<u>83 370 289</u>	<u>115 031 296</u>
	<u>83 543 006</u>	<u>115 195 617</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de curto prazo vencem juros à taxa média anual de 3,98% e 4,53% e vencem-se até Dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de médio e longo prazos vencem juros à taxa média anual de 4,73% e 4,99% e vencem-se até Dezembro e Maio de 2005, respectivamente.

24 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões nos exercícios de 2003 e 2002 foi o seguinte:

	2003				Saldos em 31 de Dezembro de 2003
	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14) .....	5 580 670	3 268 214	(1 254 910)	(3 909 569)	3 684 405
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14) .....	38 550	83 064	(43 147)	—	78 467
	<u>5 619 220</u>	<u>3 351 278</u>	<u>(1 298 057)</u>	<u>(3 909 569)</u>	<u>3 762 872</u>
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14) .....	2 349 673	74 609	(392 490)	—	2 031 792
Fundo para riscos bancários gerais (nota n.º 14) .....	—	535 000	—	—	535 000
	<u>2 349 673</u>	<u>609 609</u>	<u>(392 490)</u>	<u>—</u>	<u>2 566 792</u>
	<u>7 968 893</u>	<u>3 960 887</u>	<u>(1 690 547)</u>	<u>(3 909 569)</u>	<u>6 329 664</u>
	2002				Saldos em 31 de Dezembro de 2002
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições	Utilizações	
Crédito e juros vencidos .....	5 800 834	2 341 514	(980 707)	(1 580 971)	5 580 670
Créditos de cobrança duvidosa .....	21 221	52 595	(35 266)	—	38 550
	<u>5 822 055</u>	<u>2 394 109</u>	<u>(1 015 973)</u>	<u>(1 580 971)</u>	<u>5 619 220</u>
Riscos gerais de crédito .....	2 550 129	159 720	(360 176)	—	2 349 673
	<u>8 372 184</u>	<u>2 553 829</u>	<u>(1 376 149)</u>	<u>(1 580 971)</u>	<u>7 968 893</u>

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Activo:		
Proveitos a receber:		
Juros a receber de crédito concedido .....	1 062 828	1 323 085
Outros .....	184 360	129 371
	<u>1 247 188</u>	<u>1 452 456</u>
Passivo:		
Juros a pagar de empréstimos bancários .....	1 977 012	2 872 009
Juros a pagar de depósitos .....	4 199	1 834

	2003	2002
Custos administrativos:		
Bónus volume .....	251 374	249 216
Gratificações a vendedores .....	39 764	261
Comparticipações em campanhas .....	17 864	36 872
Despesas com consultoria (notas n.ºs 39 e 47) .....	—	110 299
Outros .....	90 359	110 872
	<u>2 380 572</u>	<u>3 381 363</u>
Receitas com proveito diferido (nota n.º 47) .....	1 170 146	805 477
	<u>3 550 718</u>	<u>4 186 840</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de bónus volume refere-se aos incentivos a pagar aos concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes no mês de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de despesas com consultoria, respeita à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA. Este montante foi registado por contrapartida das rubricas da demonstração dos resultados de outros gastos administrativos — consultoria, no montante de 94 273 euros (notas n.ºs 53 e 47) e outros impostos no montante de 16 026 euros (nota n.º 47).

A rubrica de receitas com proveito diferido refere-se a juros de campanhas suportados pela Fiat Auto Portuguesa, S. A., os quais são diferidos pelo período de duração dos respectivos contratos.

Nos exercícios de 2003 e 2002, a sociedade reconheceu em proveitos na rubrica de juros e proveitos equiparados — de campanhas, os montantes de 468 411 euros e 271 892 euros, respectivamente (nota n.º 52).

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros activos:		
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	106 237	—
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47) .....	105 909	33 180
Antecipações de contratos .....	43 039	—
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	—	923 642
Devedores diversos .....	101 826	244 372
	<u>357 011</u>	<u>1 201 194</u>
Outros passivos:		
Provisão para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) relativo ao:		
Exercício de 2000 .....	1 265	1 265
Exercício de 2001 .....	1 841 902	1 841 902
Exercício de 2002 (nota n.º 41) .....	3 575 965	3 575 965
	<u>5 419 132</u>	<u>5 419 132</u>
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47) .....	5 419 132	5 419 132
IRC a pagar relativo ao exercício de 2003 (nota n.º 41) .....	3 471 585	—
Credores diversos:		
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	189 008	—
Concessionários .....	133 944	—
GE Financial Insurance Portugal .....	126 071	227 848
Recebimentos parcelares .....	42 617	135 095
Outros .....	3 426	62 280
	<u>495 066</u>	<u>425 223</u>
Outros passivos:		
Retenções na fonte de impostos .....	84 532	101 554
Fornecedores .....	19 461	73 754
	<u>103 993</u>	<u>175 308</u>
	<u>9 489 776</u>	<u>6 019 663</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Fidis Retail Portugal, S. A., representa um adiantamento realizado pela Fiat Crédito por conta de serviços a prestar de acordo com contrato de prestação de serviços celebrado (nota n.º 53).

Em 31 de Dezembro de 2003, a Fiat Crédito ainda não tinha efectuado a regularização do valor da provisão para IRC relativo aos exercícios de 2000 a 2002. Nestes exercícios a sociedade era tributada segundo o regime de tributação de grupos de sociedades, sendo o montante de IRC apurado contabilizado como um valor a pagar à Fiat Auto Portuguesa, S. A., entidade na qual era efectuada a consolidação fiscal (nota n.º 41).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de recebimentos parcelares refere-se a recebimentos parciais de prestações de clientes, as quais ainda não foram deduzidas aos respectivos valores em dívida.

38 — Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio:

Todos os proveitos gerados pela actividade da Fiat Crédito no exercício de 2003 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução n.º 4/96, do Banco de Portugal, a actividade da Fiat Crédito enquadra-se no âmbito da categoria denominada de Banca Comercial.

39 — Outros proveitos e custos de exploração, ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
<b>Outros custos de exploração:</b>		
Comparticipação em campanhas de promoção .....	378 651	839 403
Quotizações e donativos .....	8 380	5 986
Outros .....	36 113	4 904
	<u>423 144</u>	<u>850 293</u>
<b>Outros proveitos de exploração:</b>		
Reembolso de despesas .....	1 623 389	1 557 278
Prestação de serviços diversos:		
Despesas com estudo de processos .....	508 550	486 019
Penalizações campanhas .....	529 293	429 729
Despesas de contrato .....	6 998	9 558
Outros .....	9 632	6 460
Recuperação de crédito:		
Capital .....	254 469	34 740
Juros e outras despesas .....	80 992	13 570
Outros .....	47 314	25 093
	<u>3 060 637</u>	<u>2 562 447</u>
<b>Perdas extraordinárias:</b>		
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	147 976	10 725
Outros .....	214	21
	<u>148 190</u>	<u>10 746</u>
<b>Ganhos extraordinários:</b>		
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	152 440	12 802
Outros .....	1 248	15
	<u>153 688</u>	<u>12 817</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de participação em campanhas de promoção refere-se ao custo suportado pela sociedade em campanhas promocionais.

A rubrica de reembolso de despesas inclui os valores pagos pela GE Financial Insurance em função dos seguros de crédito associados aos respectivos contratos de crédito (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 820 629 euros e 1 046 048 euros, respectivamente). Estes valores são contabilizados consoante os contratos atribuídos no decurso de cada mês. Esta rubrica inclui ainda o valor cobrado por cada atraso no pagamento de prestações no montante de 25 euros (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 698 060 euros e 500 559 euros, respectivamente). Este valor apenas é registado quando recebido.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o valor registado na rubrica de despesas com estudo de processos refere-se ao valor cobrado por contrato celebrado, no âmbito do processo da aprovação de crédito, no montante de 150 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores inclui um montante de 80 999 euros relativos a uma liquidação adicional do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas referente ao exercício de 1999.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores inclui um montante de 110 299 euros respeitante à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA que não chegaram a ser realizados (notas n.ºs 27 e 47).

41 — Impostos sobre lucros:

A sociedade está sujeita à tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

Com efeitos a partir de 1995, a sociedade passou a ser tributada em regime de lucro consolidado, por autorização obtida ao abrigo do artigo 63.º do Código do IRC. A partir do exercício de 2000, a con-

solidação fiscal passou a ser realizada na esfera da Fiat Auto Portuguesa, S. A.

No exercício de 2003, em virtude da Fiat Auto Portuguesa, S.A. ter alienado a sua participação no capital da Fiat Crédito à Fidis Retail Itália, SpA a sociedade passou a ser tributada de forma individual.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da sociedade durante um período de quatro anos ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais, relativamente aos exercícios de 2000 a 2003, inclusive. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos poderá efectuar as correcções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. Na opinião do conselho de administração da Fiat Crédito, não é previsível qualquer liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o montante relativo a IRC a pagar foi apurada da seguinte forma:

	2003	2002
Imposto sobre o lucro do exercício	3 533 434	3 577 304
Pagamentos por conta de IRC .....	(61 500)	(748)
Retenções na fonte .....	(349)	(591)
IRC a pagar (nota n.º 31) .....	<u>3 471 585</u>	<u>3 575 965</u>

A sociedade não regista os impostos diferidos activos resultantes da constituição de provisões não aceites fiscalmente como custo, de acordo com as instruções do Banco de Portugal.

## 42 — Taxa efectiva de imposto:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a percentagem da provisão para imposto sobre o resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários é de 35,26% e 32,93%, respectivamente.

Apresenta-se a seguir a reconciliação da taxa de imposto.

	2003	2002
Resultado antes de imposto .....	10 020 858	10 862 681
Taxa nominal de imposto (percentagem) .....	33	33
Imposto esperado .....	3 306 883	3 584 685
Ajustamentos à colecta .....	226 551	(7 381)
Imposto sobre o rendimento do exercício .....	3 533 434	3 577 304

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais componentes dos ajustamentos à colecta são os seguintes:

	2003	2002
Provisões não dedutíveis:		
Fundo para riscos bancários gerais	535 000	—
Riscos gerais de crédito .....	74 609	79 860
Liquidação adicional de imposto .....	80 999	—
Utilização de provisões tributadas ....	—	(107 242)
Outros .....	(4 090)	5 015
	686 518	(22 367)
Taxa nominal de imposto (percent.)	33	33
Ajustamentos à colecta .....	226 551	(7 381)

## 43 — Consolidação:

As contas da sociedade consolidam com as da Fidis Retail Itália, SpA, as quais se encontram disponíveis na sua sede.

## 47 — Saldos e transacções com entidades relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais saldos e transacções com entidades do Grupo Fiat eram os seguintes:

	2003			
	Fidis Retail Itália	Fidis Retail Portugal	Fiat Auto	Fiat Distribuidora
Outros activos (nota n.º 31) .....	—	106 237	105 909	—
Outros passivos (nota n.º 31) .....	—	—	5 419 132	189 008
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27) .....	—	—	1 170 146	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52) .....	—	—	468 411	—
Gastos gerais administrativos (nota n.º 53) .....	—	1 068 620	—	—
Proveitos e ganhos extraordinários (nota n.º 39) .....	110 299	—	—	—
	2002			
	Fidis Retail Itália	Fiat Auto	Fiat Distribuidora	
Outros activos (nota n.º 31) .....	—	33 180	923 642	—
Outros passivos (nota n.º 31) .....	—	5 419 132	—	—
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27) .....	—	805 477	—	—
Contas de regularização do passivo (nota n.º 27) .....	110 299	—	—	—
Gastos gerais administrativos (notas n.ºs 27 e 53) .....	94 273	—	999 716	—
Outros impostos (nota n.º 27) .....	16 026	—	—	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52) .....	—	271 892	—	—

## 51 — Variação nas rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2003, foi o seguinte:

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Total de reservas	Resultado líquido do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2001 .....	7 800 000	2 164 787	18 023 552	20 188 339	7 095 167
Transferência do lucro do exercício .....	—	709 517	6 385 650	7 095 167	(7 095 167)
Lucro líquido do exercício de 2002 .....	—	—	—	—	7 285 377
Saldos em 31 de Dezembro de 2002 .....	7 800 000	2 874 304	24 409 202	27 283 506	7 285 377
Transferência do lucro do exercício .....	—	728 538	6 556 839	7 285 377	(7 285 377)
Outros .....	—	(3)	3	—	—
Lucro líquido do exercício de 2003 .....	—	—	—	—	6 487 424
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 .....	7 800 000	3 602 839	30 966 044	34 568 883	6 487 424

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o capital da Fiat Crédito encontra-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 1 560 000 acções, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 8 de Outubro de 2003, a Fiat Auto Portuguesa, S. A., que detinha 100% do capital da sociedade alienou à Fidis Retail Itália, SpA, a sua

participação. Em virtude desta alienação, a 31 de Dezembro de 2003 a Fidis Retail Itália, SpA, era detentora de 100% do capital da sociedade.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de



Setembro, a sociedade constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para reserva legal uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

## 52 — Juros, custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
<b>Juros e custos equiparados:</b>		
Empréstimos obtidos .....	4 478 132	6 273 254
Descobertos .....	50 979	18 707
	<u>4 529 111</u>	<u>6 291 961</u>
<b>Juros e proveitos equiparados:</b>		
Crédito concedido .....	17 811 836	21 247 301
Campanhas (notas n.ºs 27 e 47) .....	468 411	271 892
Disponibilidades .....	1 684	4 893
	<u>18 281 931</u>	<u>21 524 086</u>

## 53 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Fornecim. de terceiros (nota n.º 47) .....	9 642	144 773
<b>Serviços de terceiros:</b>		
Incentivos a concession. e vendedores .....	2 089 540	2 849 955
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	1 068 620	—
Serviço de recuperação de créditos .....	404 971	389 961
Trabalho independente .....	159 926	123 371
Comunicações e desp. de expedição .....	72 350	88 031
Despesas judiciais .....	65 613	66 389
Auditoria .....	56 261	16 866
Publicidade e edição .....	15 831	30 211
Segurança e vigilância .....	314	33 007
Conservação e reparação .....	68	42 027
Custos com pessoal cedido (nota n.º 47) .....	—	854 943
Consultoria (notas n.ºs 27 e 47) .....	—	95 017
Outros .....	16 687	4 927
	<u>3 959 823</u>	<u>4 739 478</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Fidis Retail Portugal, S. A., respeita ao valor anual a pagar a esta entidade, de acordo com o contrato de prestação de serviços celebrado no dia 8 de Outubro de 2003, relativo nomeadamente à cedência de espaço e equipamento, serviços de conservação e reparação, serviços de segurança e vigilância e serviços de administrativos, financeiros e de contabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de custos com pessoal cedido, refere-se à imputação de custos efectuada pela Fiat Distribuidora Portugal, S. A., à sociedade decorrente do facto de esta não possuir trabalhadores afectos à sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica é nulo em virtude do referido contrato de prestação de serviços celebrado com a Fidis Retail Portugal, S. A. A Fidis Retail Portugal, S. A., iniciou a actividade em 2003 como resultado de um processo de cisão e de destaque da actividade de aluguer de longa duração da Fiat Distribuidora Portugal, S. A.

## 54 — Eventos subsequentes:

Em conformidade com a deliberação da assembleia geral de 30 de Janeiro de 2004, a sociedade pretende proceder a uma transformação na sua designação e objecto social, de modo a converter-se numa instituição financeira de crédito, figura jurídica instituída e regulada pelo Decreto-Lei n.º 186/2002 e que tem por objecto a prática das operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

De acordo com a referida transformação, a sociedade alterará a sua designação social para Fidis Retail Banco, Instituição Financeira de Crédito, S. A. e procederá a um aumento de capital por incorporação de reservas, através da emissão de 440 000 novas acções com o valor nominal de cinco euros cada. Este aumento de capital no montante de 2 200 000 euros é determinado pela necessidade das instituições financeiras de crédito não possuírem um capital inferior a 10 000 000 de euros, de acordo com o disposto na Portaria n.º 1403/2002.

Adicionalmente, a sociedade pretende realizar uma operação de fusão por incorporação da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., entidade em que detém 100% do seu capital (nota n.º 6).

As referidas operações encontram-se pendentes de aprovação por parte do Banco de Portugal.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fiat Crédito Portugal — Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S. A. (sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 148 006 599 euros e capitais próprios de 48 856 307 euros, incluindo um resultado líquido de 6 487 424 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui igualmente a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Reserva.* — Em 31 de Dezembro de 2002, a nossa estimativa das necessidades adicionais de provisões para fazer face aos potenciais problemas de realização da carteira de crédito ascendia a, aproximadamente, 2 180 000 euros. No decurso do exercício de 2003, a sociedade recuperou esta insuficiência de provisões originada em anos anteriores, fruto da melhoria dos procedimentos de recuperação de crédito e do registo de provisões adicionais. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 encontra-se subavaliado e as reservas nessa data sobreavaliadas em, aproximadamente, 2 180 000 euros, sem considerar o efeito fiscal.

5 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no ponto 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os efeitos indicados no ponto 6 abaixo, a posição financeira da Fiat Crédito Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

6 — *Ênfases.* — As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual da sociedade, tendo sido elaboradas para apro-

vação em assembleia geral e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da sociedade, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. A sociedade vai apresentar separadamente contas consolidadas, que são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos. Os efeitos da consolidação encontram-se divulgados na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras.

7 — O balanço em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício então findo são apresentados de forma a dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em assembleia geral, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na certificação legal das contas datada de 19 de Fevereiro de 2003, inclui uma reserva relacionada com a situação mencionada no ponto 4 acima.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fiat Crédito Portugal, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos, adequada, a evolução da actividade da sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário em vigor, tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da certificação legal das contas, emitida pelo revisor oficial de contas, à qual damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao referido no ponto 4 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *José Diogo Horta Osório*, presidente — *Ana Isabel Marques*, vogal — *Magalhães, Neves & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

### Extracto da acta de aprovação de contas realizada em 30 de Março de 2004

(...)

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e contas do exercício de 2003, que foram aprovados pela única accionista.

No âmbito do ponto 2 da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423,63 euros, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres. (...)

Aos 30 dias do mês de Março de 2004, pelas 10 horas, na sede social, reuniu a assembleia geral anual da Fiat Crédito Portugal, S. A.,

que reúne como assembleia universal, sem observância de formalidades prévias, por ser essa a vontade manifestada pela accionista única a Fidis Retail Itália, SpA., que assim quis que se constituísse e deliberasse sobre os seguintes assuntos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício do ano de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Apreciação geral da administração e fiscalização;
- 4.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas;
- 5.º Apreciação geral da administração relativamente à gestão consolidada;
- 6.º Nomeação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004 a 2007.

O presidente da mesa declarou abertos os trabalhos e, no âmbito do ponto 1.º, deu a palavra ao administrador-delegado, Dr. Vitantonio Addabbo que produziu sobre os documentos em apreço as considerações e os esclarecimentos complementares aos que resultam do relatório de gestão do exercício.

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, que foram aprovadas pela única accionista.

No âmbito do ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423,63, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no dito exercício, a qual foi pela assembleia valorada positivamente, com um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 4.º, o presidente da mesa deu a palavra ao administrador-delegado para prestar esclarecimentos complementares sobre os documentos referidos no quarto assunto, após o que a accionista única aprovou o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício em apreço.

No âmbito do ponto 5.º, passou-se à fiscalização, digo, apreciação geral da administração e fiscalização relativamente à gestão consolidada e às contas consolidadas do exercício em apreço, as quais forma pela accionista única valoradas positivamente, com a aprovação por ela de um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 6.º e último ponto, foi posta à votação e aprovada a composição dos órgãos sociais, para o quadriénio de 2004-2007, tendo os mesmos ficado assim constituídos:

Mesa da assembleia geral:

Presidente: André Luiz Gomes.  
Secretário: Elsa Sousa Rodrigues.

Conselho de administração:

Presidente: Herbert Hutter.

Administrador-delegado: Vitantonio Addabbo.  
Vogais:

Maurizio Leonardo Domenico Badoglio.  
Joaquim Luiz Gomes.  
Licínio José dos Santos Saraiva.  
Alberto da Conceição Rosário.  
Martin Moya Mendieta.

Conselho fiscal:

Presidente: Diogo José Horta Osório.  
Vogais:

Ana Isabel Marques.  
Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Vogal suplente: António Dias e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Marques Dias.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada presente acta que vai ser assinada pelos presidente e secretário da mesa.

(Sem assinaturas.)

## Relatório consolidado de gestão do conselho de administração

### Enquadramento económico

Durante o ano de 2003 a conjuntura económica internacional reflectiu uma expectativa de grande incerteza e retracção no crescimento, facto que afectou as economias dos países com elevado envolvimento externo como a portuguesa.

No que concerne a Portugal o ano de 2003 caracteriza-se por uma acentuada quebra da actividade económica. O investimento verificou uma evolução negativa. O consumo privado também diminuiu em contraponto com o aumento da taxa de desemprego. No entanto nos últimos meses do ano verificaram-se alguns sinais de uma ligeira recuperação.

No sector automóvel, as vendas de veículos ligeiros de passageiros reduziram-se em 16% contra uma redução de 11,4%, em 2002.

No que refere a material de transporte ligado ao investimento verificou-se uma redução nas vendas de comerciais ligeiros que decresceram 12,9%, enquanto as vendas de veículos comerciais pesados registaram uma quebra anual de 21%.

A nível da inflação, a variação homóloga do índice de preços no consumidor no ano de 2003 atingiu os 3,3%.

### Evolução da sociedade

O contexto económico e financeiro, desfavorável, a degradação dos indicadores das expectativas dos consumidores e agentes económicos, acentuada com o nível já elevado de endividamento das famílias portuguesas, reflectiram-se negativamente na actividade do exercício. No que refere à área de financiamento de aquisições a crédito esta registou um decréscimo de cerca 15% no número de contratos activos e no valor do seu *outstanding*.

Na área de locação financeira mobiliária o número de contratos activos e o *outstanding* aumentaram ligeiramente.

Apesar das diversas condicionantes e da compressão das margens financeiras, o esforço de contenção do lado dos custos operativos e o aumento dos proveitos relacionados com a venda de serviços, permi-

tiram ainda assim obter resultados em linha com os objectivos definidos para o exercício.

Na área da actividade de locação financeira mobiliária, embora o número de contratos activos e o *outstanding* tenham aumentado ligeiramente.

### Previsões e objectivos para 2004

Para 2004 e perante as dificuldades de mercado que se prevê se mantenham e sejam até acentuadas neste exercício, a sociedade, paralelamente ao incremento que pretende dar à relação privilegiada já existente com a rede de concessionários do Grupo Fiat, pretende em definitivo, desenvolver a actividade *non captive*, conquistando mercados alternativos, e viabilizando assim a obtenção dos objectivos de produção e resultados.

Organizativamente, e na sequência da publicação de legislação que permite a criação de instituições financeiras de âmbito mais abrangente, a sociedade dará sequência a um processo que permitirá a sua transformação em IFIC (instituição financeira de crédito), o que lhe permitirá um maior desenvolvimento da sua área de negócios e a rentabilização dos meios disponíveis. Neste contexto e ainda na sequência da actualização da certificação para a Norma ISO 9001, a sociedade dará sequência aos reajustamentos necessários, tendo em vista a redução de custos supérfluos, a formação dos colaboradores, e o processo de melhoria contínua.

Continuação da actividade de recuperação extrajudicial dos créditos, através de recurso a empresas especializadas, que permita manter e melhorar os bons resultados conseguidos em anos anteriores.

### Proposta de resultados

O resultado líquido gerado na actividade do exercício de 6 538 377,09 euros, após a aplicação em reserva legal, no caso 653 837,71 euros, propõe-se seja levado a reservas livres.

O resultado tributável a considerar é de 3 585 933,61 euros.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração:  
(Assinaturas ilegíveis.)

## Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003

### ACTIVO

	Ano			Ano anterior
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	613	—	613	1 453
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	245 653	—	245 653	152 833
4 — Crédito sobre clientes .....	156 461 781	4 142 209	152 319 572	172 759 071
7 — Partes de capital em empresas associadas .....	—	—	—	—
10 — Imobilizações incorpóreas .....	213 105	213 105	—	36
11 — Imobilizações corpóreas .....	2 080	2 080	—	187
16 — Outros activos .....	739 551	—	739 551	2 170 080
17 — Contas de regularização .....	1 252 072	—	1 252 072	1 453 901
<i>Total do activo</i> .....	<b>158 914 855</b>	<b>4 357 394</b>	<b>154 557 461</b>	<b>176 537 561</b>

### PASSIVO

	Ano		Ano anterior
1 — Débitos para com instituições de crédito:			
a) À vista .....		275 142	180 031
b) A prazo ou com pré-aviso .....		88 470 289	120 131 297
4 — Outros passivos .....		9 647 987	6 155 057
5 — Contas de regularização .....		3 733 471	4 449 017
6 — Provisões para riscos e encargos .....		2 718 215	2 448 179
a) Provisões para pensões e encargos similares .....		—	—
b) Outras provisões .....		2 718 215	2 448 179

(Em euros)

	Ano	Ano anterior
9 — Capital subscrito .....	7 800 000	7 800 000
11 — Reservas .....	35 373 980	28 000 192
13 — Resultados transitados .....	—	—
14 — Lucro do exercício .....	6 538 377	7 373 788
<i>Total do passivo .....</i>	<i>154 557 461</i>	<i>176 537 561</i>

O Administrador-Delegado, *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)**Demonstração consolidada dos resultados em 31 de Dezembro de 2003****DÉBITO**

	Ano	Ano anterior
<b>A) Custos</b>		
1 — Juros e custos equiparados .....	4 774 098	6 502 499
2 — Comissões .....	135 151	131 589
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	—	—
4 — Gastos gerais administrativos .....	4 353 184	5 152 499
4.1 — Custos com o pessoal .....	—	—
4.2 — Outros gastos administrativos .....	4 353 184	5 152 499
5 — Amortizações do exercício .....	223	4 053
6 — Outros custos de exploração .....	445 955	866 916
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	4 646 437	2 858 977
9 — Perdas extraordinárias .....	151 522	12 633
10 — Impostos sobre os lucros .....	3 585 934	3 622 673
11 — Outros impostos .....	16 601	42 548
14 — Lucro do exercício .....	6 538 377	7 373 788
<i>Total .....</i>	<i>24 647 482</i>	<i>26 568 175</i>

**CRÉDITO**

	Ano	Ano anterior
<b>B) Proveitos</b>		
1 — Juros e proveitos equiparados .....	19 120 212	22 337 658
3 — Comissões .....	—	1 269
4 — Lucros em operações financeiras .....	—	—
5 — Reposições e anulações de provisões .....	2 122 067	1 542 296
7 — Outros proveitos de exploração .....	3 187 806	2 664 328
8 — Ganhos extraordinários .....	217 397	22 624
<i>Total .....</i>	<i>24 647 482</i>	<i>26 568 175</i>

O Administrador-Delegado, *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)**Demonstrações consolidadas de origem e aplicação de fundos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002****ORIGEM DE FUNDOS**

	2003	2002
Gerados pelas operações:		
Resultado consolidado do exercício .....	6 538 377	7 373 788
Custos que não representam desembolsos de fundos:		
Dotações para provisões, líquidas de reposições .....	2 524 370	1 316 682
Amortizações do exercício .....	223	4 053
	<u>9 062 970</u>	<u>8 694 523</u>

(Em euros)

	2003	2002
<b>Diminuições de activos:</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	840	—
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	—	146 142
Créditos sobre clientes, líquido de anulações .....	18 230 442	4 547 583
Outros activos .....	1 385 250	—
Contas de regularização .....	201 830	520 868
	<u>19 818 362</u>	<u>5 214 593</u>
<b>Aumentos de passivos:</b>		
Outros passivos .....	3 492 930	1 851 228
Contas de regularização .....	—	120 342
	<u>3 492 930</u>	<u>1 971 570</u>
	<u>32 374 262</u>	<u>15 880 686</u>
<b>Aplicação de fundos:</b>		
<b>Aumentos de activos:</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	—	239
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	92 820	—
Outros activos .....	—	1 168 406
	<u>92 820</u>	<u>1 168 645</u>
<b>Diminuições de passivos:</b>		
Débitos para com instituições de crédito .....	31 565 896	14 712 041
Contas de regularização .....	715 546	—
	<u>32 281 442</u>	<u>14 712 041</u>
	<u>32 374 262</u>	<u>15 880 686</u>

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

## Anexo as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003

(Montantes expressos em euros)

### Nota introdutória:

A Fiat Crédito Portugal, S. A. (adiante designada por sociedade ou Fiat Crédito), foi constituída em 31 de Outubro de 1991. A sociedade tem por objecto a actividade de financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, sendo a sua sede na Rua Tomás Ribeiro, 71, em Lisboa e dispondo de uma delegação na cidade do Porto.

A sociedade realiza operações de crédito relativas a viaturas, novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat. Em Abril de 2001, a Fiat Crédito introduziu o Programa Finplus que consiste na concessão de crédito canalizado através de agentes e comerciantes que não pertencem à rede do Grupo Fiat, passando desta forma a conceder crédito numa óptica multimarca.

Adicionalmente, a sociedade realiza operações de locação financeira mobiliária relativas a viaturas novas e usadas, comercializadas em Portugal pelo Grupo Fiat, através da sua participada Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A. (Fiat Leasing), detida a 100% pela sociedade.

Conforme indicado na nota n.º 51, a Fiat Crédito é detida integralmente pela Fidis Retail Itália, SpA, uma empresa participada pelo Grupo Fiat. Consequentemente, as operações e transacções da sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Fiat encontram-se detalhados na nota n.º 47.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Adicionalmente, na nota n.º 54 deste anexo, são apresentados os elementos de informação complementares ao balanço consolidado e

à demonstração dos resultados do exercício de 2003, em conformidade com o disposto no anexo à instrução n.º 71/96, do Banco de Portugal.

3 — Bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas:

### Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas da Fiat Crédito e da sua subsidiária foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade e da sua subsidiária, mantidos de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e demais instruções aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras individuais da Fiat Crédito e da sua subsidiária, em 31 de Dezembro de 2003, encontram-se pendentes de aprovação pelas respectivas assembleias gerais. No entanto, o conselho de administração da sociedade entende que as demonstrações financeiras individuais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

### Princípios de consolidação:

A consolidação da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., entidade na qual a Fiat Crédito detém directamente a totalidade do capital, efectuou-se pelo método da integração global.

Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados neste processo.

O resultado consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da sociedade e da sua subsidiária, após os ajustamentos de consolidação.

## Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

*a) Contratos de locação financeira.* — Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

O crédito e juros vencidos corresponde a capital, juros e outros valores vencidos há mais de 30 dias. Estes valores são distribuídos por classes de risco, as quais são função do período decorrido após o respectivo vencimento.

Na rubrica de crédito e juros vencidos são registados os créditos relativos a contratos de locação financeira que tenham sido rescindidos, por incumprimento das respectivas cláusulas contratuais por parte dos clientes. O valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data da rescisão. Em geral, a Sociedade rescinde os contratos quando estes têm seis prestações vencidas.

*b) Especialização de exercícios registo de juros.* — Os proveitos e custos relativos a juros gerados por operações activas e passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, quando uma operação activa se encontra vencida há mais de 90 dias, a sociedade suspende o reconhecimento dos respectivos juros, que apenas são registados como proveitos no momento em que são cobrados.

## Outros proveitos e custos:

Os outros proveitos e custos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

*c) Provisões para riscos específicos de crédito, para riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais.* — Estas provisões são constituídas de acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, levando em consideração as alterações constantes no aviso n.º 8/2003, de 30 de Janeiro e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

## Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias. São excluídos da base de cálculo desta provisão os créditos concedidos ao sector público administrativo.

## Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora, e que se encontrem em uma das seguintes condições:

*i) Excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;*

*ii) Estarem em incumprimento há mais de:*

- a) seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;*
- b) 12 meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a 10 anos; e*
- c) 24 meses nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.*

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendo sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nesta circunstância, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

## Provisões para riscos e encargos — riscos gerais de crédito:

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente.

Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre a totalidade do crédito concedido (no que se refere aos contratos celebrados com particulares a percentagem correspondente é de 1,5%, nos termos do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal), excluindo o que tenha sido objecto de constituição de provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, bem como o que tenha sido concedido a entidades do sector público administrativo.

A partir de 2003, as dotações do exercício, líquidas de reposições e anulações, deixaram de ser fiscalmente aceites como custo.

## Provisões para riscos e encargos — Fundo para riscos bancários gerais:

Esta provisão encontra-se registada no passivo e destina-se a fazer face a eventuais perdas resultantes da actividade da Fiat Crédito e da Fiat Leasing, nomeadamente ao risco de realização da carteira de crédito concedido.

*d) Imobilizações.* — As imobilizações incorpóreas, que correspondem a despesas de constituição da sociedade e a despesas com sistemas de tratamento automático de dados, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

As imobilizações corpóreas, que correspondem a equipamento de transmissão, encontram-se registadas ao custo, líquido das amortizações acumuladas, as quais são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem a um período de vida útil de quatro anos.

Em 31 de Dezembro de 2003, as imobilizações incorpóreas e corpóreas encontram-se totalmente amortizadas.

11 — Movimento no activo imobilizado e nas amortizações acumuladas:

O movimento ocorrido no imobilizado e nas amortizações acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi o seguinte:

	2003			Valor liq. em 31 de Dezembro de 2003
	Saldos em 2002		Amortizações do exercício	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de constituição .....	200 699	(200 699)	—	—
Sistemas de tratamento de dados .....	12 406	(12 370)	(36)	—
	<u>213 105</u>	<u>(213 069)</u>	<u>(36)</u>	<u>—</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Equipamento de transmissão .....	2 080	(1 893)	(187)	—
	<u>215 185</u>	<u>(214 962)</u>	<u>(223)</u>	<u>—</u>

	2002			
	Saldos em 2001		Amortizações do exercício	Valor líq. em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amortizações acumuladas		
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de constituição .....	200 699	(200 699)	—	—
Sistemas de tratamento de dados .....	12 406	(8 566)	(3 804)	36
	<u>213 105</u>	<u>(209 265)</u>	<u>(3 804)</u>	<u>36</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Equipamento de transmissão .....	2 080	(1 644)	(249)	187
	<u>215 185</u>	<u>(210 909)</u>	<u>(4 053)</u>	<u>223</u>

## 14 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
<b>Crédito vincendo:</b>		
Viaturas novas .....	103 724 184	127 733 871
Viaturas usadas .....	24 396 397	22 713 892
Programa Finplus .....	12 369 666	11 243 414
Locação financeira .....	9 695 100	8 968 628
	<u>150 185 347</u>	<u>170 659 905</u>
Crédito e juros vencidos .....	6 276 434	8 058 222
	<u>156 461 781</u>	<u>178 718 027</u>
Provisões para crédito e juros vencidos e para créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 24) .....	(4 142 208)	(5 958 956)
	<u>152 319 573</u>	<u>172 759 071</u>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, a sociedade e a sua subsidiária dispõem ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo que, em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, ascendia a 2 138 215 euros e 2 448 179 euros, respectivamente (nota n.º 24).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2003, a sociedade e a sua subsidiária registaram provisões no montante de 580 000 euros no âmbito do Fundo para riscos bancários gerais para fazer face a eventuais perdas resultantes da sua actividade, nomeadamente ao risco de realização do crédito concedido (nota n.º 24).

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por prazos residuais de vencimento:

	2003	2002
Até três meses .....	11 744 131	13 197 847
De três meses a um ano .....	35 891 664	40 409 685
De um a cinco anos .....	— 99 233 062	113 036 095
Mais de cinco anos .....	3 316 310	4 016 178
	<u>150 185 347</u>	<u>170 659 805</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2003	2002
Até três meses .....	818 682	747 057
De três meses a um ano .....	2 778 670	2 467 275
De um a cinco anos .....	2 491 381	4 099 011
Mais de cinco anos .....	187 701	744 879
	<u>6 276 434</u>	<u>8 058 222</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, o crédito vincendo associado a contratos não rescindidos com crédito vencido há mais de 90 dias ascendia a 5 880 878 euros (5 706 744 euros em 31 de Dezembro de 2002).

## 18 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
<b>À vista:</b>		
Descobertos bancários .....	275 142	180 031
<b>A prazo:</b>		
Emprést. de curto prazo .....	72 481 108	74 953 603
Emprést. de médio e longo prazos .....	15 989 181	45 177 693
	<u>88 470 289</u>	<u>120 131 296</u>
	<u>88 745 431</u>	<u>120 311 327</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de curto prazo vencem juros à taxa média anual de 4% e 4,52% e vencem-se até Dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos de médio e longo prazos vencem juros à taxa média anual de 4,58% e 4,99% e vencem-se até Dezembro e Maio de 2005, respectivamente.

## 24 — Movimento nas provisões:

O movimento ocorrido nas rubricas de provisões nos exercícios de 2003 e 2002 foi o seguinte:

	2003				Saldos em 31 de Dezembro de 2003
	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	
Crédito e juros vencidos (nota n.º 14) .....	5 918 971	3 746 990	(1 579 250)	(4 025 803)	4 060 908
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 14) .....	39 985	93 153	(51 838)	—	81 300
	<u>5 958 956</u>	<u>3 840 143</u>	<u>(1 631 088)</u>	<u>(4 025 803)</u>	<u>4 142 208</u>

	2003				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2002	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2003
Outras aplicações .....	—	141 155	(95 876)	(45 279)	—
Riscos gerais de crédito (nota n.º 14) .....	2 448 179	85 139	(395 103)	—	2 138
Fundo para riscos bancários gerais (nota n.º 14) .....	—	580 000	—	—	580 000
	<u>2 448 179</u>	<u>806 294</u>	<u>(490 979)</u>	<u>(45 279)</u>	<u>2 718 215</u>
	8 407 135	4 646 437	(2 122 067)	(4 071 082)	6 860 423

  

	2002				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
Crédito e juros vencidos .....	6 036 263	2 576 737	(1 099 616)	(1 594 413)	5 918 971
Créditos de cobrança duvide .....	24 368	56 029	(40 412)	—	39 985
	<u>6 060 631</u>	<u>2 632 766</u>	<u>(1 140 028)</u>	<u>(1 594 413)</u>	<u>5 958 956</u>
Outras aplicações .....	—	56 592	(38 377)	(18 215)	—
Riscos gerais de crédito .....	2 642 450	169 620	(363 891)	—	2 448 179
	<u>2 642 450</u>	<u>226 212</u>	<u>(402 268)</u>	<u>(18 215)</u>	<u>2 448 179</u>
	8 703 081	2 858 978	(1 542 296)	(1 612 628)	8 407 135

A provisão para outras aplicações é constituída para fazer face à desvalorização das viaturas retomadas pela Fiat Leasing como resultado do incumprimento de créditos concedidos. Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, não existiam quaisquer viaturas retomadas em balanço.

#### 27 — Contas de regularização:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
<b>Activo:</b>		
<b>Proveitos a receber:</b>		
Juros a receber de crédito concedido .....	1 062 828	1 323 085
Outros .....	189 243	130 816
	<u>1 252 071</u>	<u>1 453 901</u>
<b>Passivo:</b>		
<b>Juros a pagar:</b>		
Empréstimos bancários .....	2 052 137	3 028 128
Depósitos .....	4 199	1 834
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	10 645	—
<b>Custos administrativos:</b>		
Bónus volume .....	274 245	263 249
Gratificações a vendedores .....	39 764	261
Comparticipações em campanhas .....	19 250	37 762
Despesas com consultoria (notas n.ºs 39 e 47) .....	—	162 673
Outros .....	106 887	125 060
	<u>2 507 127</u>	<u>3 618 967</u>
<b>Receitas com proveito diferido .....</b>	<u>1 226 344</u>	<u>830 050</u>
	3 733 471	4 449 017

Em 31 de Dezembro de 2003, os juros a pagar à Fiat Distribuidora Portugal, S. A., dizem respeito:

A juros calculados entre a data de atribuição da matrícula e a data de formalização de novos contratos de *leasing*;

Ao juro bonificado dos empréstimos concedidos pela Fiat Distribuidora Portugal, S. A., relativos a *stock* de viaturas. A taxa de juro bonificada é variável consoante os contratos de *leasing* angariados pelos concessionários, sendo esta bonificação suportada pela Fiat Leasing.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de Bónus volume, refere-se aos incentivos a pagar a concessionários, decorrentes do volume de vendas obtido por estes nos meses de Novembro e Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de despesas com consultoria, respeita à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA. Este montante foi registado por contrapartida das rubricas da demonstração dos resultados de outros gastos administrativos — consultoria, no montante de 146 647 euros (notas n.ºs 53 e 47) e outros impostos no montante de 16 026 euros (nota n.º 47).



Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de receitas com proveito diferido, inclui os montantes de 1 210 800 euros e 814 632 euros, respectivamente, relativos à participação da Fiat Auto Portuguesa, S. A. (Fiat Auto) nas campanhas realizadas pela Fiat Crédito e pela Fiat Leasing.

As participações da Fiat Auto são recebidas no início do contrato e diferidas pelo seu período de duração de forma degressiva. No exercício

de 2003 e 2002, a sociedade reconheceu em proveitos na rubrica de juros e proveitos equiparados — de campanhas, os montantes de 468 411 euros e 271 892 euros, respectivamente (nota n.º 52).

31 — Outros activos e outros passivos:

Esta rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros activos:		
IVA a recuperar .....	86 587	854 949
Devedores diversos:		
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	152 106	923 642
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47) .....	119 737	38 968
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	106 237	—
Rescisões de contratos de locação financeira .....	66 528	65 015
Antecipações de contratos .....	43 039	—
Contratos de locação financeira — 1.ª renda .....	19 500	—
Outros .....	145 817	287 505
	<u>739 551</u>	<u>2 170 079</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo a receber da Fiat Distribuidora Portugal, S. A., respeita, essencialmente, a adiantamentos realizados por conta de novos contratos.

Em 31 de Dezembro de 2003, o valor a receber da Fiat Auto Portuguesa, S. A., respeita à participação desta entidade nas campanhas realizadas pela Fiat Crédito e pela Fiat Leasing.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Tidis Retail Portugal, S. A., representa um adiantamento realizado pela Fiat Crédito por conta de serviços a prestar de acordo com contrato de prestação de serviços celebrado (nota n.º 53).

A rubrica de rescisões de contratos de locação financeira, corresponde a valores facturados a clientes pela finalização ou rescisão dos contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

Até três meses .....	19 443
De três meses a um ano .....	16 031
De um ano a cinco anos .....	30 425
Mais de cinco anos .....	629
	<u>66 528</u>

	2003	2002
Outros passivos:		
Fornecedores .....	39 822	94 466
Credores diversos:		
Fiat Distribuidora Portugal, S. A. (nota 47) .....	189 008	34 446
GE Financial Insurance Portugal .....	128 313	227 848
Recebimentos parcelares de crédito concedido .....	42 617	135 095
Outros .....	160 488	78 560
Provisão para imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) relativo ao:		
Exercício de 2000 .....	1 265	1 265
Exercício de 2001 .....	1 860 748	1 860 748
Exercício de 2002 (nota n.º 41) .....	3 620 475	3 620 475
Fiat Auto Portuguesa, S. A. (nota n.º 47) .....	<u>5 482 488</u>	<u>5 482 488</u>
IRC a pagar relativo ao exercício de 2003 (nota n.º 41) .....	3 520 127	—
Retenções na fonte de impostos .....	85 124	102 154
	<u>3 605 251</u>	<u>102 154</u>
	<u>9 647 987</u>	<u>6 155 057</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de Fiat Distribuidora Portugal, S. A., (Fiat Distribuidora) diz respeito ao montante a entregar a esta entidade relativo ao pagamento das viaturas objecto de contratos de crédito e de leasing efectuados. A Fiat Distribuidora é a responsável pela alienação das viaturas aos concessionários recebendo da sociedade o valor do financiamento dos mesmos e dos concessionários a diferença face ao valor de venda.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de recebimentos parcelares de crédito concedido, refere-se a recebimentos parciais de prestações de clientes, as quais ainda não foram deduzidas aos respectivos valores em dívida.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Fiat Crédito e a sua subsidiária ainda não tinha efectuado a regularização do valor da provisão para IRC relativo aos exercícios de 2000 a 2002. Nestes exercícios a Fiat

Crédito e a Fiat Leasing eram tributadas segundo o regime de tributação de grupos de sociedades, sendo o montante de IRC apurado contabilizado como um valor a pagar à Fiat Auto Portuguesa, S. A., entidade na qual era efectuada a consolidação fiscal (nota n.º 41).

38 — Proveitos por mercados geográficos e linhas de negócio:

Todos os proveitos gerados pela actividade da Fiat Crédito e da Fiat Leasing no exercício de 2003 resultaram de operações realizadas em Portugal.

Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à instrução n.º 4/96, do Banco de Portugal, a actividade da Fiat Crédito e da Fiat Leasing enquadra-se no âmbito da categoria denominada de Banca Comercial.

39 — Outros custos e proveitos de exploração, ganhos e perdas extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros custos de exploração:		
Comparticipação em campanhas de promoção .....	401 462	851 039
Quotizações e donativos .....	8 380	10 973
Outros .....	36 113	4 904
	<u>445 955</u>	<u>866 916</u>
Outros proveitos de exploração:		
Reembolso de despesas .....	1 658 294	1 581 066
Prestação de serviços diversos:		
Despesas com estudo de processos .....	544 641	508 868
Penalizações campanhas .....	529 293	429 729
Despesas de contrato .....	6 998	9 618
Outros .....	22 187	16 187
Reservas de propriedade .....	23 524	31 939
Mais-valia em bens adquiridos e recuperados .....	10 679	1 950
Recuperação de crédito:		
Capital .....	254 469	34 740
Juros e outras despesas .....	80 992	13 570
Outros .....	56 729	36 661
	<u>3 187 806</u>	<u>2 664 328</u>
Perdas extraordinárias:		
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	151 204	12 599
Outros .....	318	34
	<u>151 522</u>	<u>12 633</u>
Ganhos extraordinários:		
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	208 669	13 675
Indemnizações por incumprimentos de contratos .....	7 479	2 045
Outros .....	1 249	6 904
	<u>217 397</u>	<u>22 624</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de participação em campanhas de promoção, refere-se ao custo suportado pela Fiat Crédito e pela Fiat Leasing em campanhas promocionais.

A rubrica de reembolso de despesas, inclui os valores pagos pela GE Financial Insurance em função dos seguros de crédito associados aos respectivos contratos de crédito (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 820 629 euros e 1 046 048 euros, respectivamente). Estes valores são contabilizados consoante os contratos atribuídos no decurso de cada mês.

Esta rubrica inclui ainda o valor cobrado por cada atraso no pagamento de prestações no montante de 25 euros (em 31 Dezembro de 2003 e 2002, 698 060 euros e 500 559 euros, respectivamente). Este valor apenas é registado quando recebido.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de perdas relativas a exercícios anteriores, inclui um montante de 80 999 euros relativos a uma liquidação adicional do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas referente ao exercício de 1999.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de ganhos relativos a exercícios anteriores, inclui um montante de 162 673 euros respeitante à previsão do montante a pagar por serviços de consultoria da Fidis, SpA que não chegaram a ser realizados (notas n.ºs 27 e 47).

41 — Impostos sobre lucros:

A sociedade e a sua subsidiária estão sujeitas à tributação em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama.

Com efeitos a partir de 1995 a sociedade e a sua subsidiária passaram a ser tributadas em regime de lucro consolidado, por autorização

obtida ao abrigo do artigo 63.º do Código do IRC. A partir do exercício de 2000 e até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 a consolidação fiscal passou a ser realizada na esfera da Fiat Auto Portuguesa, S. A.

No exercício de 2003, em virtude da Fiat Auto Portuguesa, S. A., ter alienado a sua participação no capital da Fiat Crédito à Fidis Retail Itália, SpA a sociedade e a sua subsidiária passaram a ser tributadas de forma individual.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes (durante 10 anos para a segurança social até ao exercício de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001).

Em virtude desta regra, as declarações fiscais da sociedade e da sua subsidiária respeitantes aos exercícios de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser revistas.

Adicionalmente, e de acordo com o artigo 58.º do Código do IRC, a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos poderá efectuar as correcções necessárias para a determinação do lucro tributável, sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado com base na contabilidade seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

Na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível qualquer liquidação adicional relativamente aos exercícios atrás referidos.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o montante relativo a IRC a pagar foi apurado da seguinte forma:

	2003		
	Fiat Crédito	Fiat Leasing	Total
Imposto sobre o lucro do exercício .....	3 533 434	52 500	3 585 934
Pagamentos por conta de IRC .....	(61 500)	(4 023)	(65 523)
Retenções na fonte .....	(349)	65	(284)
<b>IRC a pagar (nota n.º 31) .....</b>	<b>3 471 585</b>	<b>48 542</b>	<b>3 520 127</b>

  

	2003		
	Fiat Crédito	Fiat Leasing	Total
Imposto sobre o lucro do exercício .....	3 577 304	45 369	3 622 673
Pagamentos por conta de IRC .....	(748)	(748)	(1 496)
Retenções na fonte .....	(591)	(111)	(702)
<b>IRC a pagar (nota n.º 31) .....</b>	<b>3 575 965</b>	<b>44 510</b>	<b>3 620 475</b>

#### 42 — Taxa efectiva de imposto:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a percentagem da provisão para imposto sobre o resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários foi de 35,42% e 32,94%, respectivamente.

Apresenta-se a seguir a reconciliação da taxa de imposto.

	2003	2002
Resultado antes de imposto .....	10 124 311	10 996 461
Taxa nominal de imposto (percentagem) .....	33	33
Imposto esperado .....	3 341 023	3 628 832
Ajustamentos à colecta .....	244 911	(6 159)
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício .....</b>	<b>3 585 934</b>	<b>3 622 673</b>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os principais componentes dos ajustamentos à colecta são os seguintes:

	2003	2002
Provisões não dedutíveis:		
Fundo para riscos bancários gerais	580 000	—
Riscos gerais de crédito .....	85 139	84 810
Liquidação adicional de imposto .....	80 999	—
Utilização de provisões tributadas ....	—	(107 242)
Outros .....	(3 984)	3 768
	742 154	(18 664)
Taxa nominal de imposto (percent.)	33	33
<b>Ajustamentos à colecta .....</b>	<b>244 911</b>	<b>(6 159)</b>

#### 47 — Saldos e transacções com entidades relacionadas:

Os principais saldos e transacções de entidades relacionadas, eram:

	2003			
	Fidis Retail Itália	Fidis Retail Portugal	Fiat Auto	Fiat Distribuidora
Outros activos (nota n.º 31) .....	—	106 237	119 737	152 106
Outros passivos (nota n.º 31) .....	—	—	5 482 488	189 008
Juros a pagar (nota n.º 27) .....	—	—	—	10 645
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27) .....	—	—	1 210 800	—
Gastos gerais administrativos (nota n.º 53) .....	—	1 193 620	—	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52) .....	—	—	468 411	—
Proveitos e ganhos extraordinários (nota n.º 39) .....	162 673	—	—	—

  

	2002		
	Fidis Retail Itália	Fiat Auto	Fiat Distribuidora
Outros activos (nota n.º 31) .....	—	38 968	923 642
Outros passivos (nota n.º 31) .....	—	5 482 488	34 446
Receitas com proveito diferido (nota n.º 27) .....	—	814 632	—
Contas de regularização do passivo (nota n.º 27) .....	162 673	—	—
Gastos gerais administrativos (nota n.º 53) .....	146 647	—	1 126 584
Impostos (nota n.º 27) .....	16 026	—	—
Juros e proveitos equiparados (nota n.º 52) .....	—	271 892	—

## 51 — Variação nas rubricas de capital próprio:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, foi o seguinte:

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Total de reservas	Resultado líquido do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2001 .....	7 800 000	2 224 674	18 553 518	20 778 192	7 222 000
Transferência do lucro do exercício .....	—	722 200	6 499 800	7 222 000	(7 222 000)
Lucro líquido do exercício de 2002 .....	—	—	—	—	7 373 788
Saldos em 31 de Dezembro de 2002 .....	7 800 000	2 946 874	25 053 318	28 000 192	7 373 788
Transferência do lucro do exercício .....	—	737 379	6 636 409	7 373 788	(7 373 788)
Outros .....	—	(3)	3	—	—
Lucro líquido do exercício de 2003 .....	—	—	—	—	6 538 377
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 .....	7 800 000	3 684 250	31 689 730	35 373 980	6 538 377

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o capital da Fiat Crédito encontra-se totalmente subscrito e realizado, estando representado por 1 560 000 acções, com o valor nominal de cinco euros cada.

Em 8 de Outubro de 2003, a Fiat Auto Portuguesa, S. A., que detinha 100% do capital da sociedade alienou à Fidis Retail Itália, SpA., a sua participação. Em virtude desta alienação, a 31 de Dezembro de 2003 a Fidis Retail Itália, SpA., era detentora de 100% do capital da sociedade.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, a sociedade e a sua subsidiária constituem um fundo de reserva legal até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para reserva legal uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

## 52 — Juros, custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Juros e custos equiparados:		
De empréstimos .....	4 711 763	6 483 431
Outros .....	62 335	19 068
	<u>4 774 098</u>	<u>6 502 499</u>
Juros e proveitos equiparados:		
Crédito concedido .....	18 650 036	22 060 313
Campanhas (notas n.ºs 27 e 47) .....	468 411	271 892
Disponibilidades .....	1 765	5 453
	<u>19 120 212</u>	<u>22 337 658</u>

## 53 — Outros gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2003	2002
Fornecim. de terceiros (nota n.º 47) .....	11 902	173 004
Serviços de terceiros:		
Incentivos a concessão. e vendedores .....	2 233 430	2 964 525
Fidis Retail Portugal, S. A. (nota n.º 47) .....	1 193 620	—
Serviço de recuperação de créditos .....	420 309	407 905
Trabalho independente .....	176 163	143 457
Comunicações e desp. de expedição .....	81 178	88 031
Despesas judiciais .....	74 034	69 800
Auditoria .....	71 972	22 517
Publicidade e edição .....	18 475	30 211
Segurança e vigilância (nota n.º 47) .....	314	40 040
Conserv. e reparação (nota n.º 47) .....	68	50 357
Custos com pessoal cedido (nota n.º 47) .....	—	938 217
Consultoria (notas n.ºs 27 e 47) .....	—	147 391
Outros .....	71 719	77 044
	<u>4 353 184</u>	<u>5 152 499</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica Fidis Retail Portugal, S. A., respeita ao valor anual a pagar a esta entidade, de acordo com o contrato de prestação de serviços celebrado no dia 8 de Outubro de 2003, relativo a serviços prestados à Fiat Crédito e à Fiat Leasing, nomeadamente a cedência de espaço e equipamento, serviços de conservação e reparação, serviços de segurança e vigilância e serviços administrativos, financeiros e de contabilidade.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de custos com pessoal cedido, refere-se à imputação de custos efectuada pela Fiat Distribuidora Portugal, S. A., à sociedade decorrente do facto de esta não possuir trabalhadores afectos à sua actividade. Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo desta rubrica é nulo em virtude do referido contrato de prestação de serviços celebrado com a Fidis Retail Portugal, S. A. A Fidis Retail Portugal, S. A., iniciou a actividade em 2003 como resultado de um processo de cisão da actividade de aluguer de longa duração da Fiat Distribuidora Portugal, S. A.

54 — Elementos de informação complementares ao balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados (anexo à instrução n.º 71/96):

De acordo com o disposto no anexo à instrução n.º 71/96, do Banco de Portugal, são de seguida apresentados os elementos de informação complementares ao balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, e à demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo nesta data:

1 — O anexo às demonstrações financeiras consolidadas cumpre com o exigido no Plano de Contas para o Sistema Bancário, ao nível das contas individuais da sociedade e da Fiat Leasing, bem como inclui aquela informação em base consolidada, assim com as informações adicionais, solicitadas no anexo à instrução em referência, quando aplicáveis ou relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas.

2 — A informação solicitada encontra-se descrita na nota n.º 3 deste anexo.

3 — Informação não aplicável à sociedade.

4 — A informação solicitada encontra-se descrita na nota introdutória deste anexo.

5 — A sede social da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., está situada na Rua Tomás Ribeiro, 71, em Lisboa, sendo detida a 100% pela sociedade.

6 — Informação não aplicável à sociedade.

7 — Informação não aplicável à sociedade.

8 — Informação não aplicável à sociedade.

9 — Em geral, tanto as dívidas de activo como de passivo estão descritas nas notas n.ºs 14, 18 e 31 deste anexo e em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o montante global das dívidas com prazos residuais superiores a cinco anos é o seguinte:

	2003	2002
Activo .....	3 316 310	4 016 178
Passivo .....	—	—

10 — Não existem compromissos financeiros que não estejam incluídos no balanço consolidado. Adicionalmente, não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma e sobrevivência.

11 — A informação solicitada encontra-se descrita na nota n.º 38 deste anexo.

12 — Informação não aplicável à sociedade.

13 — Informação não aplicável à sociedade.

14 — A informação solicitada encontra-se descrita nas notas n.ºs 41 e 42 deste anexo.

15 — Informação não aplicável à sociedade.

16 — Os membros dos órgãos de administração e fiscalização, tanto da sociedade como da Fiat Leasing, não obtiveram nenhum adiantamento nem créditos durante o exercício de 2003.

17 — Todas as informações de natureza significativa são apresentadas neste anexo às demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão consolidado do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração da sociedade.

18 — Não existe qualquer omissão às informações referidas nos pontos 4 a 8 deste anexo.

55 — Eventos subsequentes:

Em conformidade com a deliberação com a assembleia geral de 30 de Janeiro de 2004, a sociedade pretende proceder a uma transformação na sua designação e objecto social, de modo a converter-se numa instituição financeira de crédito, figura jurídica instituída e regulada pelo Decreto-Lei n.º 186/2002 e que têm por objecto a prática das operações permitidas aos bancos, com excepção da recepção de depósitos.

De acordo com a referida transformação, a sociedade alterará a sua designação social para Fidis Retail Banco, Instituição Financeira de Crédito, S. A. e procederá a um aumento de capital por incorporação de reservas, através da emissão de 440 000 novas acções com o valor nominal de cinco euros cada.

Este aumento de capital social no montante de 2 200 000 euros é determinado pela necessidade das instituições financeiras de crédito não possuírem um capital inferior a 10 000 000 de euros, de acordo com o disposto na Portaria n.º 1403/2002.

Adicionalmente, a sociedade pretende realizar uma operação de fusão por incorporação da Fiat Leasing Portugal — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., entidade em que detém 100% do seu capital.

As referidas operações encontram-se pendentes de aprovação por parte do Banco de Portugal.

O Administrador-Delegado: *Vitantonio Addabbo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fiat Crédito Portugal, S.A. (sociedade), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 154 557 461 euros e capitais próprios de 49 712 357 euros, incluindo um resultado líquido de 6 538 377 euros, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e de origem e aplicação de fundos consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui igualmente a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas

as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Reserva*. — Em 31 de Dezembro de 2002, a nossa estimativa das necessidades adicionais de provisões para fazer face aos potenciais problemas de realização da carteira de crédito ascendia a, aproximadamente, 2 395 800 euros.

No decurso do exercício de 2003, a sociedade e a sua subsidiária recuperaram esta insuficiência de provisões originada em anos anteriores, fruto da melhoria dos procedimentos de recuperação de crédito e do registo de provisões adicionais.

Consequentemente, o resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 encontra-se subavaliado e as reservas consolidadas nessa data sobreavaliados em, aproximadamente, 2 395 800 euros, sem considerar o efeito fiscal.

5 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no ponto 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Fiat Crédito Portugal, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 3).

6 — *Ênfase*. — O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e de origem e aplicação de fundos consolidados para o exercício então findo são apresentados de forma a dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em assembleia geral, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa na certificação legal das contas datada de 20 de Fevereiro de 2003, inclui uma reserva relacionada com a situação mencionada no ponto 4 acima.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — Magalhães, Neves & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Fiat Crédito Portugal, S. A. (sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, os quais são da responsabilidade do conselho de administração.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da sociedade, bem como da empresa englobada na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da sociedade e da empresa englobada na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados consolidados por naturezas e de origem e aplicação de fundos consolidados para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório consolidado de gestão do exercício de 2003 preparado pelo conselho de administração.

Apreciamos igualmente o conteúdo da certificação legal das contas sobre as contas consolidadas, emitida pelo revisor oficial de contas, a qual damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto quanto ao referido no ponto 4 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o relatório consolidado de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da Sociedade e da empresa participada o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2004. — O Conselho Fiscal: *José Diogo Horta Osório*, presidente — *Ana Isabel Marques*, vogal — *Magalhães, Neves & Associados* — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*, vogal.

## Acta de assembleia-geral de aprovação de contas realizada em 30 de Março de 2004

Aos 30 dias do mês de Março de 2004, pelas 10 horas, na sede social, reuniu a assembleia geral anual da Fiat Crédito Portugal, S. A., que reúne como assembleia universal, sem observância de formalidades prévias, por ser essa a vontade manifestada pela accionista única a Fidis Retail Itália, SpA., que assim quis que se constituísse e deliberasse sobre os seguintes assuntos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Apreciação geral da administração e fiscalização;
- 4.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e contas consolidadas;
- 5.º Apreciação geral da administração relativamente à gestão consolidada;
- 6.º Nomeação dos órgãos sociais para o quadriénio de 2004-2007.

O presidente da mesa declarou abertos os trabalhos e, no âmbito do ponto 1.º, deu a palavra ao administrador-delegado, Dr. Vitantonio Addabbo que produziu sobre os documentos em apreço as considerações e os esclarecimentos complementares aos que resultam do relatório de gestão do exercício.

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, que foram aprovadas pela única accionista.

No âmbito do ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 6 487 423, 63 euros, no montante de 648 742,36 euros em reservas legais e os restantes 5 838 681,27 euros em reservas livres.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no dito exercício, a qual foi pela assembleia valorada positivamente, com um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do ponto 4.º, o presidente da mesa deu a palavra ao administrador-delegado para prestar esclarecimentos complementares sobre os documentos referidos no quarto assunto, após o que a accionista única aprovou o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício em apreço.

No âmbito do ponto 5.º, passou-se à fiscalização, digo, apreciação geral da administração e fiscalização relativamente à gestão consolidada e às contas consolidadas do exercício em apreço, as quais forma pela accionista única valoradas positivamente, com a aprovação por ela de um voto de louvor aos respectivos órgãos.

No âmbito do 6.º e último ponto, foi posta à votação e aprovada a composição dos órgãos sociais, para o quadriénio de 2004-2007, tendo os mesmos ficado assim constituídos:

Mesa da assembleia geral:  
Presidente: André Luiz Gomes.  
Secretário: Elsa Sousa Rodrigues.

Conselho de administração:

Presidente: Herbert Hutter.  
Administrador-delegado: Vitantonio Addabbo.  
Vogais:

Maurizio Leonardo Domenico Badoglio.  
Joaquim Luiz Gomes.  
Licínio José dos Santos Saraiva.  
Alberto da Conceição Rosário.  
Martin Moya Mendieta.

Conselho fiscal:

Presidente: Diogo José Horta Osório.

Vogais:

Ana Isabel Marques.  
Magalhães, Neves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães.

Vogal suplente: António Dias e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Marques Dias.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada presente acta que vai ser assinada pelos presidente e secretário da mesa.

(Sem assinaturas.)

2007483378

## NEXPART, SGPS, S. A.

### Relatório n.º 13-F/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 10 903/20010117; identificação de pessoa colectiva n.º 505253003; número e data da inscrição: 7/3 de Novembro de 2005.

Ana Maria Figueiredo, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referente à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 12 Dezembro 2005. — A Primeira-Ajudante, *Ana Maria Figueiredo*.

## Relatório e contas de 2004

### Órgãos sociais

Assembleia geral:

Presidente: Vítor Castro Nunes.  
Secretários:

Filipe de Lacerda Baião do Nascimento.  
Marianela Catarino Cordeiro de Sousa Meireles.

Administração:

Presidente: José de Oliveira Costa.  
Vogais:

António Coelho Marinho.  
Fernando Soares Ferreira.

Fiscal único:

J. Monteiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, efectivo.  
Salvador Figueiredo Vás Lima, revisor oficial de contas, suplente.

### Relatório de gestão

*Ex.mos Srs. Accionistas:*

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da Nexpart, SGPS, S. A., submeter à apreciação de VV. Ex.ªs o relatório de gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

### Enquadramento económico

Em 2004, estima-se que o PIB Português tenha tido um crescimento entre 1% a 1,5%, face a uma quebra de 1,2% em 2003. Este crescimento deve-se sobretudo à *performance* registada no primeiro semestre, alicerçada em factores duradouros como uma procura externa forte, mas também devido à realização do Euro 2004 no nosso país.